

# Credores querem acordo "o mais cedo possível"; FMI colhe dados

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Definitivamente, o acordo de reescalonamento plurianual da dívida externa mexicana, assinado na sexta-feira em Washington, funcionará como um marco para as negociações do pacote referente à fase 2 do plano financeiro externo brasileiro. "O Brasil não deve esperar nada de diferente, nem mais severo nem mais brando", atestou ontem para este jornal o diretor-presidente do Lloyds Bank International, Eric Whittle.

Os banqueiros credores do Brasil mantêm a firme disposição de fechar o mais cedo possível o novo pacote de renegociação da dívida externa brasileira, no esquema plurianual, e consideram como importante sinal a retomada dos contatos da parte das autoridades brasileiras com o "advisory committee" — comitê de assessoramento.

Eric Whittle acredita que o Brasil tenha condições de conseguir a mesma taxa de "spread" — comissão dos bancos cobrada acima da taxa de juros interbancária de Londres (a Libor) — no nível dos 1,125% que foi alcançado pelo México e acha válida, na prática, uma possível colocação da parte das autoridades brasileiras para que o novo pacote, em vez de incluir as amortizações referentes ao ano de 1985, seja montado a partir do ano que vem. Como se recorda, a primeira investida feita junto aos bancos credores pelo então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, previa a negociação de um total de US\$ 45,3 bilhões, abrangendo a dívida vencida entre 1985 e 1991, que seria rolada por quinze anos.

O diretor-presidente do Lloyds, que veio ao Brasil

para mais uma de suas habituals visitas às agências da instituição britânica no País, aproveitou para entrar em contato com membros do atual governo em Brasília. Seu dia foi dedicado a encontros ontem com o ministro do Planejamento, João Sayad, das relações exteriores, Olavo Setúbal, e com o presidente interino do Banco Central, Alberto Sozin Furuguel (que é o diretor da área bancária).

Não escondeu o interesse de colher junto às autoridades brasileiras indicações sobre o rumo que tomará a política econômica interna: "Os olhos do mundo estarão agora voltados para a área doméstica do Brasil, onde se acumulam as dificuldades", disse ele, citando como o maior de todos os males a alta taxa de inflação, que precisa ser combatida com uma luta que, a seu ver, terá de ganhar contornos políticos.

Deste modo, os banqueiros aguardam com ansiedade os termos da revisão da sétima carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A primeira visita oficial de uma missão técnica do Fundo, sob o clima da Nova República, foi iniciada ontem em Brasília e deve estender-se até o dia 11. Chefiada pela economista Ana María Jul, responsável adjunta pela divisão do Atlântico Sul do FMI, a missão passou a manhã de ontem colhendo informações junto ao departamento econômico do Banco Central e dedicou a parte da tarde a contatos com técnicos do Ministério da Fazenda. A função principal é preparar o relatório de consulta referente ao exercício de 1984, quando houve estouros significativos nas metas das políticas monetária e de controle do déficit público.